

O DILEMA DA AUTONOMIA

THE AUTONOMY DILEMMA

*Por Pedro Henrique Miranda Gomes**

Resumo: O presente artigo busca analisar os caminhos tomados pela política externa brasileira entre o período imediatamente anterior à entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e a consolidação da nova estrutura do Sistema Internacional do pós-guerra, já em meio à Guerra Fria. Será dada atenção especial à transição e enfraquecimento do poder de barganha da diplomacia brasileira frente a Washington em resposta às transformações sofridas pela estrutura do sistema. Portanto, em uma chave de interpretação neorealista, revela-se um dilema vivido pelo país sul-americano no qual a sua localização, posicionamento estratégico, bem como fatores ideológicos ligados à potência hemisférica apresentam-se como entraves na busca por maior autonomia.

Palavras-Chave: Política Externa; Brasil; Neorealismo.

Abstract: The present article aims at analysing the path taken by the brazilian foreign policy between the period immediately before the entrance of Brazil in the 2º World War and the consolidation of the new structure of the International System of the after-war, already in the period of the Cold War. Special attention will be given here to the transition and weakening of the brazilian diplomacy's capacity of bargaining regarding Washington, keeping in mind the transformations undergone by the structure of the system. Therefore, in a realist theoretical framework, one acknowledges a dilemma imposed to the south-american country, in which it's location, strategic position, as well as ideological factors linked to the hemispheric power are presented as constraints in the struggle for wider autonomy.

Keywords: Foreign Policy; Brazil; Neorealism.

1. INTRODUÇÃO

*Pedro Henrique Miranda Gomes é graduando de Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

A política externa brasileira, no período entre o início da 2ª Guerra e a consolidação da ordem mundial formada com o seu fim, foi, em grande medida, afetada pelas mudanças conjunturais observadas nas disposições de forças do Sistema Internacional (SI). As relações proveitosas com os Estados Unidos (EUA), principal canal de projeção da diplomacia brasileira no período da guerra, mudaram severamente sua natureza com o fim desta.

A nova configuração do SI reduziu sensivelmente o poder de barganha do Brasil, cuja diplomacia, se nos primeiros anos da guerra dispunha de uma política de “equidistância pragmática” (MOURA, 1980) entre as duas partes conflitantes, ao fim dela está concretamente alinhada com a política externa norte-americana em meio à conjuntura de Guerra Fria e sem dispor da importância estratégica que estava presente durante o conflito. Contudo, não se dando conta dos efeitos concretos da mudança de conjuntura para os interesses do país e influenciados pela polarização ideológica em curso, os responsáveis pela política externa brasileira buscaram obter benefícios de uma posição diferenciada que acreditavam ter nas relações com os Estados Unidos.

Ainda que seguindo uma abordagem sistêmica (WALTZ, 2002), veremos que alguns componentes domésticos mostrar-se-ão igualmente importantes para entender as disposições políticas que cercavam a diplomacia do país, como a própria mudança de regime ocorrida no país em 45. Assim, analisarei em que medida as continuidades e inflexões apresentadas nas transições não apenas entre os governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, mas também entre os de Theodore Roosevelt e Harry Truman foram decisivos nas definições concernentes às relações entre os dois países.

Este artigo objetiva-se, portanto, em analisar as disposições da diplomacia brasileira no período da segunda guerra, tendo como foco a malsucedida adequação do país à configuração do SI com o fim desta. Para além do estudo das relações específicas do Brasil com a superpotência norte-americana, serão também contemplados aqui aspectos e iniciativas gerais do SI, buscando entender de forma mais completa os diversos fatores que nortearam a política externa brasileira no período. Para tal, darei foco às abordagens de Eugênio Vargas Garcia e Gerson Moura.

2. DA EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA AO ALINHAMENTO NEGOCIADO

A proximidade estabelecida pela diplomacia brasileira desde o início do século XX em suas relações com os Estados Unidos foi mantida na década de 30 e adquiriu nova importância devido à crise de 29, que afetou sensivelmente a economia brasileira, cujo café – responsável majoritário pela entrada de divisas no país – sofreu uma queda vertiginosa do seu valor, que já vinha em queda, tendo chegado a conseguir exportar apenas duas terças partes da produção entre 1927 e 1929 (FURTADO, 2002, p. 181). O Brasil buscava, portanto, beneficiar-se da sua condição de importante fornecedor de matérias-primas para a indústria estadunidense (PINHEIRO, 2013, p. 146).

As relações com a Alemanha também vieram a ser importantes, uma vez que o país, assim como o Brasil, também estava carente de divisas e buscava estimular o comércio compensado (troca de mercadorias por mercadorias, sem a intermediação de moeda forte) como

meio de conquistar espaços na região latino-americana (idem). Desta forma, o relacionamento entre os países recuperou-se das animosidades oriundas do período da 1ª Guerra Mundial, de modo que a Alemanha se tornou um parceiro de grande importância na concretização de projetos industriais brasileiros.

A postura brasileira de aproximações alternadas e simultâneas com esses dois países que, com o decorrer da década de 30 tornam-se progressivamente concorrentes tanto política quanto economicamente, recupera autonomia à política externa do país, caracterizada até então por uma forte dependência, na defesa de seus interesses, à articulação diplomática com os EUA, o que ficou claro durante a Conferência de Paz de 1919 (GARCIA, 2006). Gerson Moura denominou esta posição como “política de equidistância pragmática”, que foi efetivada pelo governo Vargas, caracterizado pelo personalismo na política externa, que contava com forte influência do próprio presidente e seu aliado, ministro das relações exteriores, Oswaldo Aranha.

A oposição tomada entre esses dois importantes parceiros em um novo conflito de dimensões mundiais impôs-se progressivamente sobre a posição autônoma brasileira, pressionando o país a definir suas alianças. A decisão tomada em direção a um alinhamento com os EUA e os aliados foi concretizada através da III Conferência de Consulta das Repúblicas Americanas, em janeiro de 1942, durante a qual foi aprovada a resolução que determinou o fim das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo. Segundo Gerson Moura (2002, p. 117), esgotava-se então a posição brasileira de “equidistância pragmática”:

Novas demandas e negociações ocorreram após a declaração de guerra, e ao final de 1942, os planejadores políticos e militares brasileiros já haviam desenhado que forma concreta tomariam a entrada do Brasil na guerra. Porém, o destino da participação brasileira seria selado do lado estadunidense da relação. [...] Desta forma, a decisão brasileira de 1942 trouxe ao fim a era do “equilíbrio pragmático” e abriu caminho para uma nova etapa nas relações exteriores do país.

Nesta nova etapa, ainda que o alinhamento com os Estados Unidos tenha vindo a reduzir consideravelmente o poder de barganha do Brasil, o pragmatismo permaneceu sendo um aspecto central de sua política externa. Em meio à Segunda Guerra Mundial, o país representava um elemento de importância estratégica para Washington, uma vez que com a sua aliança, garantiam o apoio do maior país do continente e a permissão para o estacionamento de tropas estadunidenses em território nacional, além da autorização para a construção e utilização da base militar de Natal (PINHEIRO, 2013, p.153).

Esses benefícios, cuja importância não é desprezível, seriam explorados por Getúlio Vargas, em busca de contrapartidas. Este alinhamento de maneira negociada teve papel essencial em projetos importantes da diplomacia brasileira, dentre os quais estão a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o apoio ao envio de tropas ao cenário de guerra, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) – o que era estratégico pois abria a possibilidade de participar das negociações de paz com maior poder de barganha – e a busca de apoio para que o país se tornasse o sexto membro do conselho de segurança da ONU.

3. A TESE DO “ALIADO ESPECIAL”

Já em 1942, Gerson Moura (2002) enxerga novos paradigmas apresentados pela política externa brasileira, de modo que sua nova estratégia passa a ser a de utilizar a íntima aliança com os Estados Unidos para tornar-se uma “potência associada”, recebendo o apoio necessário para poder alcançar uma “posição especial” no pós-guerra (idem, p. 121). Contudo, a expectativa das lideranças brasileiras de que o país pudesse almejar a posição de “aliado especial” (idem) dos EUA e, com isso, ser beneficiado, como veremos, revelou-se ilusória, uma vez que transformado o contexto estratégico vigente durante a 2ª Guerra, o Brasil vê uma queda vertiginosa do seu poder de barganha com a superpotência do continente.

A tese da posição de aliado especial era justificada, além de pelos esforços de guerra brasileiros ao lado dos aliados, pela relação cordial e próxima entre os dois países, com destaque ao papel dos dois presidentes – Vargas e Roosevelt – na consolidação da aproximação. Gerson Moura (p. 120) afirma que a “convicção referente à importância do Brasil nos assuntos internacionais era reforçada pela política estadunidense de lisonjear o Brasil e o presidente Vargas sempre que possível de modo a consolidar o apoio brasileiro aos Estados Unidos”.

Outro fator que beneficiou o Brasil, inclusive na aspiração descrita acima foi a natureza turbulenta das relações diplomáticas entre os EUA e a Argentina, a outra potência da região. Isso devido à resistência argentina em romper relações com o Eixo e as suas relações próximas com o governo nacionalista boliviano. Esta parceria, inclusive, facilitou o apoio de Washington a demandas brasileiras por material bélico para a defesa de sua fronteira.

Esta ambição levou os governantes brasileiros a um otimismo excessivo, de modo que estes, em meio à realocação de forças que ocorria com o fim da guerra, passaram a vislumbrar um alcance mais abrangente, de escopo mundial, da política externa do país. Foi aberta a possibilidade de que o Brasil se tornasse o sexto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, contando com o apoio do governo estadunidense e, sobretudo, do próprio presidente Roosevelt: “a colaboração brasileira aos Aliados havia sido em geral muito apreciada pelo governo norte-americano, em particular por Roosevelt e pelo secretário de Estado Cordell Hull, que consideravam o Brasil um modelo de ‘bom vizinho’”. (GARCIA, 2011, p. 160)

Graças ao status de “bom vizinho”, o Brasil teria recebido algum espaço no “balão de ensaio” de Roosevelt (idem), dentro do qual organizava-se a nova estrutura do sistema internacional, a partir da tutela de “quatro poderosos” – EUA, Reino Unido, União Soviética (URSS) e China; além da futura entrada da França – que serviriam como “policiais” do mundo. O país teria sido o único país não desenvolvido a ser cogitado entrar no conselho. Essa possibilidade tinha ainda um peso estratégico para Roosevelt, uma vez que além de a entrada do Brasil garantir mais uma frente de apoio às posições estadunidenses, a própria natureza do regime varguista resultaria em uma contenção das posições soviéticas.

Esta ambição brasileira, contudo, nunca chegou a se concretizar, uma vez que a proposta sofreu oposição de diferentes lados no conselho. Os soviéticos, sob a liderança de Joseph Stalin, opunham-se à participação de potências menores e percebiam as desvantagens de estender o tamanho do conselho, o que diluía a sua influência, bem como essa vaga ser

ocupada pelo Brasil, que, como foi dito, era manifestadamente antissoviético. Os britânicos, por sua vez, preocupavam-se com um povoamento excessivo do conselho, bem como com as inquietudes que seriam geradas entre seus aliados e membros do império se permitisse que os EUA escolhessem um aliado diretamente alinhado à sua política externa.

Eugênio Vargas Garcia (idem, p. 175) entende que o insucesso desta iniciativa se deu devido a uma falta de organização ou preparo prévio da proposta:

O Brasil era visto em Washington como parceiro confiável e “aliado fiel”. No entanto, a consideração dada por Roosevelt à possibilidade de fazer do Brasil o sexto membro permanente não foi uma iniciativa meticulosamente preparada nem chegou a ser amadurecida previamente nos círculos decisórios norte-americanos.

Este entendimento dialoga com a tese do “aliado especial” e, em alguma medida, pode de fato representar como o Brasil era visto pelo governo americano durante o governo de Roosevelt. Contudo, em uma análise mais crítica, Gerson Moura indica que, em termos práticos, a proximidade com Washington era traduzida mais em termos de lisonjeios do que em benefícios concretos. Segundo este autor, os benefícios adquiridos, antes de serem resultado da estima estadunidense pelo Brasil, o foram de uma postura pragmática do governo brasileiro, sob a liderança de Vargas, que soube explorar estrategicamente interesses da potência hemisférica para alcançar objetivos próprios.

Desta forma, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e seu envio para o teatro de guerra com o apoio estadunidense não foram devido a algum tipo de “amizade” entre as duas nações – de fato, a participação mais efetiva do Brasil na guerra foi tida, em alguma medida, a contragosto dos aliados: “Acredita-se amplamente, até hoje em dia, que os Aliados precisavam da ajuda brasileira na Europa e em troca recompensaram o Brasil com benefícios substanciais. Pelo contrário, a força expedicionária foi um fardo para os militares Aliados, e o general Marshall falava dela como ‘uma dor de cabeça adicional’” (MOURA, 2002, p. 151).

Esta iniciativa (que, como fica claro acima, era inerentemente brasileira) tinha importância dupla: por um lado, como já foi dito, ao serem colocadas tropas brasileiras atuando diretamente na guerra, aumentava-se o poder de barganha da diplomacia do país nas negociações de paz. Por outro, visava-se um apoio estadunidense à modernização das forças armadas brasileiras, com o envio de armamentos, necessários à participação brasileira direta na guerra.

O contato entre os dois países seria feito através da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (CMDBEU), que se responsabilizaria por coordenar e negociar o apoio norte-americano aos esforços de guerra brasileiros. Enquanto a parte norte-americana desejava reduzir o escopo da organização, voltando-a a ações ligadas à possibilidade de invasão do eixo ao território brasileiro, sobretudo no Nordeste, o governo brasileiro pretendia expandi-lo a todos os setores ligados aos esforços de guerra.

A resistência estadunidense em apoiar a modernização militar brasileira foi obscurecida pelos benefícios que, de fato, foram adquiridos pelo como resultado da parceria com a superpotência hemisférica. Esses benefícios, contudo, foram resultado de uma política exter-

na pragmática e bem-sucedida, que se deu em meio a um SI cuja estrutura permitia explorar esses benefícios. A estrutura multipolar, na qual as principais potências angariavam apoio entre as potências menores, bem como o estado de guerra eram fatores que concediam ao Brasil um poder de barganha que deixa de existir no período seguinte, o que demorou a ser percebido pelos *policymakers* do país.

4 INFLEXÕES ESTRUTURAIS E DOMÉSTICAS

O fim da segunda guerra impulsionou, em meio à luta contra o nazi-fascismo, os movimentos sociais pela defesa da democratização de regimes autoritários e reforma social em países liberais. No Brasil, o resultado disso foi a deterioração do regime varguista, o Estado Novo. Eurico Gaspar Dutra foi democraticamente eleito presidente do Brasil em dezembro 1945, o que transformou sensivelmente a estrutura da diplomacia do país. Enquanto a Era Vargas foi marcada por forte personalismo do presidente na política externa, no governo constitucional de Dutra, as decisões voltaram a ser tomadas pela burocracia especializada, o Itamarati – influenciado por perspectivas liberais – uma vez que “o novo presidente não era pessoa familiarizada com questões mais intrincadas da política internacional” (MOURA, 1996, p. 197).

O governo Dutra, portanto, foi caracterizado pelo alinhamento estreito aos EUA, dando continuidade à tese do “aliado especial” presente no momento anterior. Contudo, a natureza deste alinhamento, apesar de ser aparentemente semelhante à do período anterior, difere fundamentalmente desta. O pragmatismo orientado por Vargas no período em que esteve à frente da política externa brasileira deu lugar a uma postura quase ideológica, de modo que “enquanto com Vargas o alinhamento foi tomado como um instrumento da política externa brasileira, com Dutra ele tornou-se na prática o próprio objetivo da política externa” (idem).

Nos Estados Unidos, a morte de Roosevelt e o início do governo de Truman foi igualmente determinante para a transformação das relações com o Brasil. Esta mudança doméstica, contudo, potencializou uma mudança estrutural do SI. Truman tinha uma postura mais rígida frente aos russos e os embates nas consecutivas negociações e conferências de paz desaguaram em uma política de contenção da URSS, a “Doutrina Truman”.

Com a destruição promovida pela 2ª Guerra na Europa, EUA e URSS iniciaram o pós-guerra tendo subido posições que alteraram a estrutura do sistema, de multipolar a uma estrutura bipolar que ficava cada vez mais evidente. Uma vez que o governo brasileiro apresentava uma oposição natural e histórica à União Soviética, alinhando-se automaticamente (MOURA) a Washington, o país perdia qualquer poder de barganha frente à superpotência hemisférica, de modo que, com o fim da guerra, a importância estratégica do Brasil reduziu-se sensivelmente. Nessas condições, a expectativa de tornar-se um aliado especial e, com isso, receber contrapartidas, torna-se, mais do que nunca, ilusória.

Isto fica claramente ilustrado quando o governo norte-americano lança mão, além da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Segundo Gerson Moura (1996, p. 189) “o TIAR assinalava o fim de uma relação especial entre os estabelecimentos militares de EUA e Brasil, na medida em que o

Tratado sinalizava uma política de segurança geral para o conjunto da América Latina”. Uma política comum para a América Latina frustrava as ambições brasileiras de que fosse delegado a si um papel de predominância regional. De fato,

(...) a defesa hemisférica seria tarefa exclusiva das forças armadas norte-americanas, cabendo às forças armadas latino-americanas a manutenção da ordem política e social em seu território nacional, além de tarefas auxiliares e concessões de facilidades para as forças norte-americanas. Em resumo, a defesa hemisférica não deveria ser implementada em termos multilaterais (idem, p.190).

A criação de Truman de um sistema interamericano ia em oposição direta ao modelo de Roosevelt de um “mundo aberto”, que procurava evitar que os russos, igualmente, consolidassem um sistema regional próprio. Desta forma, a mudança doméstica que se deu no governo dos EUA com a morte de Roosevelt e o início do governo de Truman intensificou o aspecto estrutural bipolar do SI que já era então uma realidade e teve como consequência a intensa polarização ideológica que foi definida como Guerra Fria. O enrijecimento do eixo diplomático brasileiro em direção a Washington “naturalizou” o alinhamento brasileiro e tornou inviável qualquer contrapartida como resultado do mesmo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período aqui proposto pudemos analisar três momentos distintos, nos quais a diplomacia brasileira dispôs de diferentes graus de autonomia: (1) o período da equidistância pragmática; (2) o do alinhamento negociado; (3) e o do alinhamento automático. Esses três momentos, todos descritos por conceitos muito bem confeccionados por Gerson Moura, são subdivisões que cabem ainda dentro de uma divisão macro entre o período do governo de Vargas e de Dutra. Enquanto o primeiro é caracterizado pelo pragmatismo e bom uso de elementos estratégicos para alcançar objetivos nacionais, o último foi atingido pela polarização ideológica do período, levando a equívocos na formulação da política externa e a maus resultados.

A tese do aliado especial, se em um primeiro momento teve um aspecto pragmático, de perceber a ascensão dos EUA como superpotência global e ver em Washington o canal para a projeção do interesse nacional (chegando, inclusive a almejar uma vaga no conselho de segurança, como nos expõe Eugênio Vargas Garcia), no momento seguinte perde seu pragmatismo, tornando qualquer expectativa de receber contrapartidas nas relações com a superpotência hemisférica ilusória. Isso porque então o Brasil já não dispunha da importância estratégica de outrora e estava naturalmente alinhado a Washington, devido à firme oposição à URSS.

É importante notar, portanto, como a estrutura do SI, ainda que não condicionasse a tomada de decisão da diplomacia brasileira, tenha influído sobre ela de modo a limitar seu poder de barganha. Ao analisarmos a questão sob lentes de uma teoria sistêmica (WALTZ, 2002), teremos que a transição de uma estrutura multipolar para bipolar enrijece as alianças

entre as unidades, limitando as escolhas possíveis e pressionando ainda mais as unidades mais fracas a seguirem a liderança das unidades mais fortes.

Ainda que segundo uma abordagem sistêmica, é pertinente mencionar a importância das disposições domésticas dos países na interpretação dos grandes eventos internacionais, sobretudo quando se trata dos principais atores. No estudo aqui proposto vimos como as abordagens diferentes de Roosevelt e Truman na formulação do SI do pós-guerra foram elementos fundamentais para entender o efetivo arranjo de forças a partir de 1945 e, portanto, a limitação da autonomia brasileira neste novo cenário.

No imediato pós-guerra, os responsáveis pela formulação da política externa brasileira, como vimos, equivocaram-se ao apostar em uma posição de aliado especial dos norte-americanos, não enxergando de que forma a nova estrutura do SI constrangia e limitava as aspirações brasileiras. Contudo, revela-se uma tarefa difícil delinear políticas alternativas que pudessem ter promovido diferenças significativas. Talvez seja essa a principal reflexão provocada pelo estudo acima. Por se localizar geograficamente em uma zona de influência direta norte-americana, as relações com os EUA tornam-se um dilema para a diplomacia do Brasil, de modo que é imperativo que o país busque continuamente eixos alternativos de projeção dos seus interesses.

Na escolha desses eixos, é importante buscar sempre uma opção de aliança que permita ao Brasil um determinado nível de autonomia. Ultrapassando o período analisado neste artigo é possível dispor de alguns exemplos históricos de alternativas tomadas pelo país. Primeiramente, em meio à política externa independente (PEI), percebe-se um “flerte” de Jânio Quadros com o movimento dos não alinhados, no que mais tarde transformou-se em uma espécie de “frente única” dos países subdesenvolvidos pelo atendimento de suas demandas tendo em vista seu desenvolvimento, à revelia do conflito ideológico em curso durante a Guerra Fria. Nesta frente única, a diplomacia do país buscou diversificar suas parcerias, buscando o diálogo com outros países subdesenvolvidos.

Neste primeiro momento, contudo, a *détente* que tem início em 1962 e leva as duas superpotências a voltarem sua atenção para o interior de seus respectivos blocos; além da instabilidade econômica e política no país, que teve papel fundamental na tomada do poder governamental pelos militares em 1964, limitaram a longevidade da PEI e da diversificação dos eixos da diplomacia brasileira.

Já no século XXI (ou seja, fora do contexto da Guerra Fria), três eixos são dignos de destaque: a América do Sul, a África e os BRICS. O primeiro dos três é fundamental, uma vez que representa a área de influência imediata da diplomacia brasileira. Manter a região unida sob interesses comuns, sobretudo com o advento do MERCOSUL, que permite negociações em bloco e afasta parcerias bilaterais de cada um dos membros com as potências externas, aumenta o poder de pressão da região como um todo e coloca o Brasil em posição de liderança, por ser a potência mais expressiva do bloco. Deve-se ressaltar, contudo, que essa unificação também tem seu lado negativo, pois limita a possibilidade do país de negociar bilateralmente acordos comerciais.

A expansão da diplomacia brasileira em direção à África reflete a ambição do país que viu sua importância relativa no SI aumentar na primeira década do século e já passa a buscar

status de potência. A aproximação com nações africanas, independentemente da natureza de seus governos, fez parte de uma política pragmática que visa, além de garantir o apoio dessas nações aos interesses comuns com o Brasil, significou também uma nova rota de influência econômica brasileira, através da entrada de empresas brasileiras em diversos países africanos.

Por fim, a iniciativa BRICS diferencia-se das duas opções anteriores, uma vez que estas dizem respeito a regiões que vivem desafios parecidos com os brasileiros e cuja aproximação pode aumentar seu poder de pressão, enquanto os BRICS dispõem de dois atores que competem com os EUA, configurando mais claramente a situação analisada anteriormente. Rússia (devido à sua oposição política à potência norte-americana) e China (devido à sua proeminência econômica que constrange a anterior dominação econômica estadunidense de nível global) passam a ter importância estratégica para o Brasil, que além de dispor de potências ao seu lado para exercer pressão em temas que são também de seu interesse, passa a diversificar sua política externa de modo a não estar tão rigidamente alinhado aos Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 31.ed. São Paulo: Nacional, 2002.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre a América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília, Ed. UNB: FUNAG, 2006.

_____. **De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945**, Rev. Bras. Polít. Int. 54 (1): [2011]

_____. **O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU**. RJ, Contraponto, 2011.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. A segurança coletiva continental: o sistema interamericano, o TIAR e a Guerra Fria. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org). **Sessenta anos de política externa brasileira, 1930-1990: crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Editora Vox, 1996.

_____. **Relações Exteriores do Brasil, 1939 – 1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2002.

PINHEIRO, Leticia. “O Brasil no Mundo”, IN: GOMES, Ângela Castro (Coord.) **Olhando para dentro: 1930-1964**, volume 4, SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.) **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Madrid, Fundación Mapfre, RJ, Objetiva, 2013.

WALTZ, Kenneth Neal. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.